

O Sagrado e o Profano: O cemitério na cidade de São Paulo

Tânia Maria Moreno*

Resumo

A proposta deste artigo é refletir sobre os espaços que a morte e os mortos ocuparam e ocupam nas comunidades urbanas, em especial na cidade de São Paulo, abordando alguns conceitos que dizem respeito a polaridades do mundo real construído e instituído por grupos sociais de diversos tempos e espaços, ditos primitivos, civilizados, urbanos ou rurais.

Para introduzir os conceitos de sagrado e profano, utilizaremos os argumentos de Mircea Eliade, historiador das religiões. Esses conceitos nos permitem abordar outros espaços cuja estrutura e função possuem características do espaço sagrado: são os cemitérios, “a morada dos mortos”, à imagem do mundo dos vivos. A igreja foi para os habitantes do Brasil durante muito tempo, o local sagrado para essa morada. Esse contexto começa a ser mudado no início do século XIX através das campanhas higienistas, novidade vinda da Europa. Os governos municipais seguiram a opinião dos médicos, procurando reordenar o espaço ocupado pelos mortos, estabelecendo uma nova geografia urbana na relação entre vivos e mortos.

A precariedade em que ficavam os corpos sepultados nas igrejas foi a razão das discussões e envolvimento dos médicos e sanitaristas contra tais práticas: A solução de fundar um novo espaço possibilita a continuidade do espaço sagrado distante do mundo profano, mas dentro dele. O progresso da cidade permitiu a dessacralização da morte, mas não rompeu a ligação entre os vivos e seus mortos.

Palavras-chave: espaço; sagrado; profano; cemitério

* Mestra em História Social pela PUC-SP. Integrante do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC – da PUC-SP. E-mail: morenotania@superig.com.br.

Summary

The proposal of this article is to reflect on the spaces that the death and the deceased had occupied and occupy in the urban communities, in special in the city of São Paulo, approaching some concepts that say respect the polarities of the real world constructed and instituted by social groups of diverse times and spaces, said primitive, civilized, urban or agricultural.

To introduce the concepts of sacred and profane, we will use the arguments of Mircea Eliade, historian of the religions, These concepts in allow them to approach other spaces whose structure and function possess characteristics of the sacred space: they are the cemeteries, “the dwelling of deceased”, to the image of the world of the living creature. The church was for the inhabitants of Brazil during much time, the sacred place for this dwelling. This context at the beginning starts to be changed of century XIX through the campaigns hygienists, newness coming of the Europe. The municipal governments had followed the opinion of the doctors, looking for to rearrange the busy space for deceased, being established a new urban geography in the relation between died living creature and.

The precariousness where they were the bodies buried in the churches was the reason of the quarrels and involvement of the doctors and sanitarias against such practical: The solution to establish a new space makes possible the continuity of the distant sacred space of the profane world, but inside of it.

The progress of the city allowed the dessacralização of the death, but it did not breach the linking between the living creature and its deceased.

Keywords: space; sacred; profane; cemetery

Espaço sagrado e profano

A proposta deste artigo é refletir sobre os espaços que a morte e os mortos ocuparam e ocupam na comunidade urbanas, em especial na cidade de São Paulo, abordando alguns conceitos que dizem respeito a polaridades do mundo real construído e instituído por grupos sociais de diversos tempos

e espaços, ditos primitivos, civilizados, urbanos ou rurais. Polaridades que se definem a partir da construção do mundo pelos indivíduos em tempo histórico e que se opõem, definindo os limites de cada um, a saber, o sagrado e o profano.

Para introduzir os conceitos de sagrado e profano, utilizaremos os argumentos de Mircea Eliade, historiador das religiões, cuja obra “O Sagrado e o Profano” – A essência das religiões, não só interessa aos estudiosos de religiões, como é objeto de estudos do historiador, sociólogo, etnólogo e do filósofo. Mircea distingue o historiador das religiões do historiador pelo fato de que aquele lida com fatos que, embora históricos, revelam um comportamento que vai além dos comportamentos históricos do ser humano; o homem conhece outras situações além de sua condição histórica.

A primeira condição para se entender as concepções de sagrado e profano, de acordo com Mircea, é considerar o homem um ser essencialmente religioso (homo religiosus) para quem Deus não é uma idéia, uma noção abstrata, uma alegoria moral e sim um poder terrível que pode se manifestar.

A partir dessa primeira premissa é possível entender o papel das religiões em todas as sociedades e o poder que elas exercem sobre a visão de mundo dos diversos grupos sociais. Assim, sagrado e profano constituem duas modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo de sua história.

Mircea coloca como uma primeira definição do sagrado, que ele se opõe ao profano (grifo do autor), sendo assim, o homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta e se mostra como qualquer coisa absolutamente diferente do profano. Ao ato de manifestação do sagrado, ele propõe o termo hierofania – algo de sagrado que nos é mostrado, exemplo: a manifestação do sagrado num objeto qualquer, como uma pedra, uma árvore, uma fonte. Algo diferente de uma realidade que não pertence ao nosso mundo, mas que faz parte do nosso mundo profano.

Por mais difícil que seja para o homem contemporâneo das civilizações urbanas e industrializadas entender racionalmente essas manifestações, é possível compreender que não se trata da veneração da

pedra ou da árvore e sim que ao manifestar o sagrado, esse objeto torna-se outra coisa e continua a ser ele mesmo, porque é parte integrante do meio cósmico em que ele vive. Este pensamento é naturalmente assimilado pelos grupos sociais primitivos e tendem a viver o mais possível nessa realidade do sagrado.

O sagrado equivale ao poder e, portanto à realidade, logo, potência sagrada significa ao mesmo tempo, realidade, perenidade e eficácia. A oposição sagrado/profano é na realidade a oposição entre o real e irreal. O homem religioso deseja ardentemente ser e participar da realidade e saturar-se de poder.

Para o homem religioso o espaço não é homogêneo e dessa forma se há espaços considerados sagrados (fortes), há outros espaços não sagrados e, portanto sem consistência. O espaço sagrado então passa a ser o ponto fixo por onde tudo deve começar passando do caos à ordem e o ponto fixo torna-se o Centro (criação do Mundo). Nessa instância, para a experiência profana, o espaço é homogêneo e neutro, não é qualitativo.

Mircea considera que a existência profana não se encontra em estado puro, pois o homem não consegue abolir completamente o comportamento religioso, mesmo que tenha optado por uma vida profana, assim ao analisarmos sociedades modernas e urbanas, industrializadas, podemos encontrar manifestações consideradas como profanas, mas que carregam implicitamente simbolismos mágicos ou religiosos que revelam uma outra realidade, diferente daquela que ele experimenta no seu cotidiano, como por exemplo, certos espaços privilegiados: paisagem de uma cidade visitada pela primeira vez, o solo da terra natal, lugares dos primeiros amores, e que por serem únicos, revelam outra realidade.

O sagrado e o profano como realidades opostas, tornam-se perceptíveis e visíveis nos espaços, sejam eles urbanos ou rurais. Templos e casas são fundamentalmente espaços ditos sagrados, uma vez que participam de um espaço diferente do lugar onde se encontram. A porta passa a ser o limiar que separa os dois espaços e indica a distancia entre os dois modos de ser, profano e sagrado.

A porta, o limiar, são símbolos e meios de se fazer a passagem que deverá ser ritualizada. No interior do espaço sagrado, o mundo profano é

transcendido e é aí que se torna possível a comunicação com o sobrenatural; o templo em todas as religiões torna-se o meio de comunicação com o mundo dos deuses. Em contrapartida a casa, cuja função é abrigar o homem, torna-se também um espaço sagrado, pois, ao transpor a porta, o limiar, já não é mais a casa e sim o lar, local de convivência e privacidade.

Esses conceitos que acabamos de expor, segundo a concepção de Mircea Eliade nos permitem abordar outros espaços cuja estrutura e função possuem características do espaço sagrado: são os cemitérios, “a morada dos mortos”, à imagem do mundo dos vivos.

Ritos de passagem e ritos fúnebres

Para refletirmos sobre esse espaço sagrado é importante apontar a idéia de morte como rito de passagem e ritos fúnebres.

Jean-Pierre Bayard, especialista francês em símbolo, em sua obra: “Sentido oculto dos ritos mortuários – Morrer é morrer?” (1996), nos fala do rito funerário como a “teatralização da última relação como morto”, fazendo de conta que ele não morreu; o rito tem uma eficácia simbólica e por isso ele é profano só na aparência, porque se alia naturalmente ao sagrado. Ele cumpre perfeitamente a sua função, quando é codificado por um dogma religioso e é cumprido pela coletividade. O rito é uma forma de conter a perturbação da morte, geradora do caos e instaura uma nova ordem.

Os ritos começam com a agonia que coincide nas sociedades urbanas com o acompanhamento do moribundo e continuam com o velório, as exéquias, as condolências e o luto público (autoridades e personalidades do mundo atual), social (roupas com cores especiais, preta ou outra de acordo com o lugar) e se prolongam com o culto aos mortos, qual seja, a visita ao cemitério. Os ritos têm o efeito de retardar a separação.

Para Bayard, além dos ritos de oblação que se constituem na preparação do morto (lavar, perfumar, vestir, colocar flores, etc.), há os ritos de passagem que são essenciais, pois asseguram a inclusão daquele num estatuto de post-mortem. Ao justo está prometido o paraíso (no imaginário cristão); para o animismo africano, tornar-se-á antepassado

tutelar; para o budista, a espera da reencarnação, sempre no sentido de renovação positiva.

A relação vivo e morto se faz simbolicamente para apaziguar o morto, como por exemplo, proporcionar-lhe um belo enterro. Os ritos fúnebres dependem dos costumes das civilizações e nas sociedades urbanizadas e industrializadas, tornam-se cada vez mais um ato social, despido muitas vezes do simbolismo religioso.

O cemitério como solução higienizada

Todas essas considerações a respeito da distinção entre o sagrado e o profano, os ritos fúnebres e rito de passagem são importantes para entendermos a edificação dos cemitérios no Ocidente, bem como, a polêmica gerada pela população das cidades, o confronto com autoridades sanitaristas e a Igreja Católica no processo de urbanização das sociedades contemporâneas.

“Tomaremos com base para reflexão, a obra de João José dos Reis, “A Morte é uma Festa” (1991); diz ele no capítulo 7 que” uma das formas mais temidas de morte era a morte sem sepultura certa. “E o morto sem sepultura era o mais temido dos mortos; pois morrer sem sepultura significava virar alma penada” (p.171). Era imprescindível morrer em local sagrado e durante muito tempo, para os habitantes do Brasil, esse local era a igreja. A igreja, o templo, a morada dos deuses era o local onde mais o indivíduo estava protegido do Caos e mais próximo de Deus, era também a porta de entrada para o Paraíso. Dessa forma podiam os vivos estar mais próximos de seus mortos, evitando a separação e o esquecimento.

Os mortos eram enterrados normalmente nas igrejas que haviam frequentado durante a vida e em sendo a igreja um lugar de convívio social, o morto estaria de alguma forma integrado.

À falta de outras alternativas que não a igreja, era natural que se procurasse associar-se a uma irmandade, precavendo-se da doença e da morte, pois, salvo se manifestassem desejo de serem enterrados em outro lugar, a maioria das pessoas era enterrada nas igrejas pertencentes à irmandade. O neófito ao ingressar na irmandade fazia doações, garantindo

assim o gozo dos bens espirituais oferecidos por ela, os quais incluíam assistência hospitalar e sepultura.

Esse contexto começa a ser mudado no início do século XIX através das campanhas higienistas, novidade vinda da Europa. Os médicos passam também a se preocuparem com os mortos e seu sepultamento, não com uma mentalidade religiosa, mas com a visão higienista, pois eles viam os sepultamentos dentro dos templos e mesmo dentro da cidade, além de outros costumes funerários, como altamente prejudiciais à saúde dos vivos. Os governos municipais seguiram a opinião dos médicos, procurando reordenar o espaço ocupado pelos mortos, estabelecendo uma nova geografia urbana na relação entre vivos e mortos.

Segundo J.J. dos Reis: “uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extra-muros.” - 7
-(J. J. dos Reis, 1991, p. 247).

Os médicos preocupavam-se em mudar o costume que durante três séculos não tinha sido contestado: os corpos sepultados nas igrejas estavam mais próximos de Deus, a alma protegida, já a meio caminho do Paraíso. A questão era em última instância, deslocar o espaço sagrado – o templo – para outro espaço ainda não fundado e que passasse a possuir as mesmas características que o templo. A um tempo, deveria constituir-se na morada dos mortos, o lugar de repouso daqueles que participaram em vida da dinâmica do cotidiano.

Nada foi feito à revelia da Igreja que desempenhou papel relevante em sua elaboração, regulamentação e legitimação. A questão não estava restrita aos bastidores do saber médico, tratava-se de tentar deter em São Paulo, o avanço de surtos epidêmicos de varíola.

Fora dos muros das igrejas só se enterravam pobres, indigentes e justicados, motivo pelo qual, a primeira necrópole pública instituída em São Paulo tenha sido o cemitério dos Aflitos no campo da Liberdade. Todo o processo de mudança ocorreu de forma lenta, não sem clamores das irmandades e ordens terceiras; mas entre a opinião dos médicos e a postura intransigente dos bispos, venceu a primeira, pois o Estado não podia mais omitir-se em relação à salubridade da cidade.

A assistência espiritual dispensada pelas irmandades e ordens terceiras aos irmãos falecidos, ia desde o cortejo fúnebre, em carros alugados, mais o sepultamento com missa de corpo presente, presença dos membros da Mesa Administrativa e demais irmãos, até o compromisso de sufragar a alma durante determinado período de tempo, garantindo ao irmão falecido, bens espirituais com os quais pudesse ter “salva a sua alma” (em geral 25 missas). Essas práticas não cessam com a transferência dos sepultamentos das igrejas para os cemitérios.

Havia ainda o costume de se fazerem sepultamentos à noite às escondidas, deixando muitas vezes corpos insepultos à porta das igrejas, o que fora muito criticado pela Câmara Municipal. A precariedade em que ficavam os corpos sepultados nas igrejas foi a razão das discussões e envolvimento dos médicos e sanitaristas contra tais práticas: ajudar a saúde dos vivos, para que a morte não se tornasse uma questão a mais na precária saúde pública da cidade.

Nos relatos de Daniel Kidder, - século XIX - ele salienta que essas práticas de se sepultarem os corpos nos soalhos das igrejas não era irreverente para o povo, ao contrário, tinha a finalidade de abrigar em lugares sagrados, os restos mortais dos que faleciam, mas, no entanto, acabavam por se tornarem focos imundos de pestilência, sem a mínima preocupação com a higiene. Os perigos e as ameaças de epidemias levaram os higienistas a erguerem suas vozes contra o que eles classificavam de “bárbaro costume”, e cada vez mais denunciavam os “miasmas envenenados”.

Uma nova literatura iniciada pelos médicos, brada a conscientização popular e solicita das autoridades constituídas, uma atitude política, prática e salutar, como bem mostra este documento escrito pelos médicos Cândido Gonçalves Domingos e Constâncio José Xavier Soares (in “Papéis Avulsos”, de 1834- Arquivos histórico Municipal):

“Os abaixo assinados recomendam com veemência para que a Câmara Municipal cuide do estabelecimento de cemitérios fora da cidade, a fim de que prontamente se

prescreva o bárbaro costume de fazerem-se inumações dos cadáveres dentro do recinto das igrejas, costume que lesa sobremaneira a saúde dos cidadãos.”

A construção do primeiro cemitério público na Consolação está ligada a uma epidemia de varíola que aconteceu na cidade, desobrigando as igrejas de fazerem os sepultamentos em seu interior.

O problema então, não era apenas tirar os mortos de dentro de seu espaço sagrado –a igreja- e transferi-los para outro campo, mas, afastar o perigo da insalubridade do ar, tão apregoada pelos higienistas. Havia uma preocupação também com a estética espacial do Campo Santo, dando àqueles que entram, acompanhando o féretro, a impressão de estarem numa cidade, de ruas alinhadas e arborizadas. O espaço da morte deve ser belo e impressionante e sendo a morada eterna, deve ter belas edificações, que conte através de sua arquitetura de mármore e pedra, a história de cada família; que seja uma imago mundi, uma réplica da cidade, uma cidade dentro de outra cidade reproduzida e fundada pela hierofania. Funda-se um novo espaço na cidade, longe do turbulento centro, refugiam-se os mortos e tenta-se dar um ar menos contaminado à população.

Somente a urbanização acelerada do final do século XIX da cidade de São Paulo e a institucionalização dos cemitérios públicos acabam por dessacralizar as manifestações exteriores do culto aos mortos e as irmandades perdem seu prestígio e função primeira, que era o de proporcionar a elevação social dos seus membros e assisti-los na morte, já que agora há cemitérios.

Os cemitérios, construídos fora dos centros urbanos no século XIX em São Paulo foram aos poucos se incorporando à paisagem urbana, com o crescimento da cidade que se expandiu para além da Sé e seus muros, como as muralhas de uma fortaleza, protegem não só a necrópole, como os habitantes da cidade. Relembrando o conceito de sagrado de Mircea, podemos dizer que esse espaço sacralizado o é quando se transpõe a porta de entrada e as sepulturas convidam a uma meditação dos vivos sobre a morte; as ruas alinhadas, as árvores determinadas, as flores, as fotos, as epígrafes,

tudo tem um significado único e os mortos são assim santificados e, a capela representa a igreja na qual todo indivíduo almejava estar quando morresse.

A ordem estabelecida ao longo da história de cada sociedade, principalmente a do Ocidente cristão que perpassa o entendimento racional, quando colocada em cheque pela ciência, estabelece o Caos e é preciso restabelecer a Ordem para que o indivíduo sintasse-se situado no mundo outra vez. A solução de fundar um novo espaço possibilita a continuidade do espaço sagrado distante do mundo profano, mas dentro dele.

O crescimento vertiginoso da cidade deu a oportunidade de se repensar a necrópole e de se projetar campos sagrados, não só distantes dos novos centros, como outra concepção de sepultura, dando a impressão de um local aprazível, impessoal, onde os mortos não tem hierarquia, pois, não há túmulos suntuosos, apenas lápides no chão (ex.: Cemitério da Paz, no Morumbi). O progresso da cidade permitiu a dessacralização da morte, mas não rompeu a ligação dos vivos e seus mortos.

BIBLIOGRAFIA

AZZI, Riolando – “Religiosidade Popular” – in REB 38/152, dez., 1978.

BAYARD, Jean-Pierre – “Sentido oculto dos Ritos Mortuários” – Morrer é morrer? – Ed. Paulus, SP, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues – “Religião e Religiosidade Popular” – in Sul Cei, nº 12, 1975.

ELIADE, Mircea – “O Sagrado e o Profano” – A essência das Religiões, tradução de Rogério Fernandes, Ed. Livros do Brasil, Lisboa, s/d.

HAUCK, João e outros – “História da Igreja no Brasil”, 2ª época: Igreja no Brasil no século XIX tomo II, 2ª ed., Petrópolis, Ed. Paulinas, 1985.

KIDDER, D.P e FLETCHER, J.C. – “O Brasil e os brasileiros”, esboço histórico e descritivo, tradução: Elias Dolianiti, 2º vol., SP, Cia Ed. Nacional, 1941.

MARQUES, Manuel Eufrásio Azevedo – “Apontamentos históricos e geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo”, tomo II, Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, s/d.

MONTEIRO, Raul Leme – “O Carmo, Patrimônio da História, Arte e Fé”, SP, 1978.

MORENO, Tânia Maria – “A Ordem Terceira do Carmo na cidade de São Paulo (1860-1880) – um estudo sobre sua participação social e religiosa” – Tese de Mestrado – PUCSP, 1992.

REIS, João José – “A morte é uma festa” – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. Ed. Cia das Letras, SP, 1991.

RIBEIRO, J. Jacinto – “Cronologia Paulista”, 1898 a 1901, SP, Arquivo do Estado de São Paulo, s/d.

VASCONCELOS, Vasco Smith – “História da Província Eclesiástica de São Paulo”, SP, Saraiva 1957.

FONTES

Atas e inventários das Irmandades de São Paulo - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Coleção de Leis e Posturas Municipais – Assembléia Legislativa da Província de São Paulo.

DAESP – Ofícios Diversos de São Paulo de 1855, caixa 107, nº. 902. – Arquivo do Estado de São Paulo

Papéis Avulsos – vol. X, 1834 – Arquivo Histórico Municipal.